

SALGADO ZENHA, REFERÊNCIA DEMOCRÁTICA

Augusto Santos Silva¹

1.

Dir-se-á que escrever sobre Salgado Zenha, nascido há precisamente cem anos, em 1923, é tarefa fácil. Opositor à ditadura de Salazar, advogado e político de renome, foi uma figura de destaque na segunda metade do século XX português. Sabemos que é de praxe nestas ocasiões ser-se generoso (quando não pródigo) nos adjetivos. Mas como distinguir quando o homenageado é particularmente merecedor? Quando o elogio não é mera cortesia? É esse o desafio deste texto, pois homenagear Zenha é um imperativo de justiça, ele que foi, para várias gerações de portugueses, uma referência central no plano cívico, político e jurídico.

Começemos pelo princípio. Francisco Salgado Zenha era natural de Braga, tendo nascido no seio de uma ilustre família minhota, num ambiente culto e liberal. Depois de concluir o Liceu Nacional Sá de Miranda, na cidade natal, rumou a Coimbra, para cursar a Faculdade de Direito, onde se destacou como aluno e dirigente estudantil. Foi o primeiro presidente eleito da Associação Académica, de onde acabaria demitido por razões políticas, por se ter recusado a ir a Lisboa fazer a vénia ao ditador, numa iniciativa

¹ Presidente da Assembleia da República

organizada pelo poder para agradecer a Salazar o fim da Segunda Guerra Mundial e a neutralidade portuguesa durante o conflito...

Salgado Zenha terá sido o primeiro líder político do seu tempo saído das associações académicas, precursor de outros, como Jorge Sampaio.

Esta experiência granjeou-lhe a admiração dos estudantes de Coimbra. Mas também teve ecos ao nível nacional. Para isso, muito contribuiu a qualidade e a coragem de muitas das suas intervenções. Como numa entrevista que deu ao *Diário de Lisboa*, em 1945, durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional. Sobre a Universidade, teve o desassombro de dizer o seguinte: “A política universitária do governo não é mais que a transposição para este campo particular da sua política geral de policiamento implacável de todos os sectores da vida nacional ou formas de expressão da opinião coletiva previstas para evitar qualquer choque ou manifestação concreta de oposição à sua retrógrada visão política e interesses que serve (...). O objetivo final desta política é converter as universidades em veículos transmissores da sua ideologia obscurantista, obrigando os professores a ominosas declarações atentatórias da liberdade de consciência e expulsando aqueles que, de uma maneira mais aberta, exprimem o seu desacordo com a política pedagógica ou social de um governo cuja subsistência é incompatível com a independência do pensamento e a crítica inflexível da juventude. Por isso, não nos podíamos admirar que destruisse a autonomia das universidades, colocando nas reitorias e direções da faculdade dóceis executores das suas ordens e amordaçasse a voz desinteressada e inexorável da juventude”.

Como haveria de dizer um presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, Salgado Zenha “nunca se submeteu e, por isso, a liberdade ganhou espaços mais largos”.

Apesar do seu brilhantismo, a universidade impediu que prosseguisse a carreira académica. Assumiria aqui, como, aliás, em grande parte da sua vida, os custos de não ser submisso ou, então, discreto.

Nesta altura, terá aderido ao Partido Comunista Português. Foi, mais tarde, uma figura central na fundação do Movimento de Unidade Democrática – MUD Juvenil, onde conheceu Mário Soares e dele se tornou grande amigo. Desta relação, já muito se disse. Durante décadas, partilharam uma intensa amizade e um percurso político que deixaria marcas no dealbar

da nossa democracia. Como observaria Miguel Galvão Teles, “somaram cada um as suas qualidades às do outro”.

2.

Em Lisboa, iniciou, entretanto, a carreira de advogado. Estagiou com Adelino da Palma Carlos, que era, tal como o irmão Manuel João, presença frequente nos plenários criminais. O mesmo viria a suceder com Salgado Zenha, que também defendeu presos políticos, evidenciando coragem e rasgo jurídico. Como escreveu o próprio Zenha um dia sobre os causídicos que se empenharam em combater esses tempos em que “reinava o terror e a perseguição”, eles foram “defensores da liberdade e da justiça”; sem a sua ação, “os estragos liberticidas da Ditadura teriam sido maiores”.

A advocacia foi uma das paixões de Salgado Zenha. Nos textos e peças processuais, que tinha por hábito publicar, vê-se a prosa correta, o rigor analítico e, sobretudo, o apego aos direitos humanos. Um saber nunca mobilizado para exibição de talento próprio (que era, aliás, imenso), mas posto ao serviço de causas. Os textos de Zenha filiam-se sem qualquer dúvida na grande tradição liberal da separação de poderes e do respeito pelo indivíduo, e da exigência de imparcialidade de tratamento pelos poderes públicos, nomeadamente onde isso podia ser mais necessário: no processo penal.

Sempre ativo civicamente, participou em variadas iniciativas da oposição democrática ao regime de Salazar, como nas campanhas de Norton de Matos e de Humberto Delgado à Presidência da República. A atividade de resistente antifascista levou-o por diversas vezes à prisão.

Consumado o afastamento da área comunista, aderiu, em meados dos anos 1950, a organizações de inspiração socialista como a Resistência Republicana e Socialista ou a Ação Socialista Portuguesa. Esta última viria a estar na génese, em 1973, do Partido Socialista, sendo Zenha um dos fundadores.

A oposição ao regime não era, naturalmente, monolítica, nela coexistindo movimentos diversos e sensibilidades políticas, com distintas filiações internacionais. Nas eleições de 1969 para a Assembleia Nacional, não se logrou acordo para a apresentação que listas unitárias; e Salgado Zenha candidatou-se pela CEUD, uma lista em que pontificavam outros socialistas como Mário

Soares, católicos progressistas como Sophia de Mello Breyner Andresen, ou monárquicos liberais como Gonçalo Ribeiro Teles.

3.

Salgado Zenha foi um dos principais protagonistas da transição democrática, nomeadamente como membro destacado de vários governos.

Primeiro como ministro da Justiça em 1974-1975, nos I, II, III e IV governos provisórios. Foi então responsável por uma ampla reforma no âmbito do direito da família, nomeadamente através da revisão da Concordata, consagrando a possibilidade de divórcio nos casamentos católicos. Fê-lo de forma particularmente sábia e prudente, comprovando dotes diplomáticos e sentido de Estado numa matéria, à época, bastante sensível. Os leitores de hoje poderão experimentar uma certa estranheza, mas foi uma alteração revolucionária, que desde logo permitiu a muitas pessoas superar situações traumáticas e reencontrar novos caminhos para as suas vidas, sem estigma e em liberdade.

O ministro Zenha deixou um contributo fundamental na construção do edifício legislativo da jovem democracia portuguesa. Tem a sua assinatura o Decreto-Lei nº 212/75, de 21 de abril, que criou o Provedor de Justiça (o *ombudsman*), figura central na defesa dos direitos dos cidadãos, denotando aqui, além do seu apego aos direitos humanos, a influência da social-democracia escandinava. A ele se deve também o fim da discriminação de sexo no acesso às magistraturas judicial e do Ministério Público (sim, as mulheres estavam impedidas de concorrer às magistraturas no Estado Novo!); ou a regulação do direito de reunião através do Decreto-Lei nº 406/74, de 29 de agosto, diploma ainda hoje em vigor.

Depois do interregno representado pelo V Governo Provisório, Zenha regressou ao Governo, no VI, liderado por Pinheiro de Azevedo. Ocupou dessa vez a pasta das Finanças, onde contou, nas palavras de Galvão Teles, com a “mais extraordinária equipa que, no nosso país, alguma vez um ministro reuniu”. Compreende-se porquê: Vítor Constâncio, Artur Santos Silva, António Sousa Gomes e António Sousa Franco serviram como secretários de Estado; António Guterres foi membro do seu gabinete.

4.

É impossível fazer a história dos primeiros anos da democracia portuguesa sem que o nome de Salgado Zenha surja amiúde e a sua marca se faça sentir. Fruto dos seus mandatos ministeriais, mas, também, da força da sua palavra e argumentos.

Foi um dos líderes da ação do Partido Socialista durante o processo revolucionário de 1974-1975, afirmando a ligação indissolúvel entre socialismo e liberdade e defendendo intransigentemente a institucionalização de uma democracia pluralista, segundo o modelo europeu. Combateu as tentativas de levar o país para um regime de “democracia popular” ou para um revolucionário, opondo-se vigorosamente ao PCP e à extrema-esquerda. Foi protagonista na condenação pública da unicidade sindical, isto é, na imposição da obrigatoriedade de um único sindicato por setor; na assinatura do 1º Pacto MFA-Partidos, com vista à realização das eleições constituintes; ou no célebre comício da Fonte Luminosa, em Lisboa, que consumou a vitória do PS também na mobilização popular.

Salgado Zenha teve, assim, uma grande influência nos anos iniciais do Partido Socialista. Foi deputado à Assembleia Constituinte e, em 1976, eleito para a Assembleia da República, tornou-se o primeiro líder parlamentar do PS. Mário Soares terá argumentado que, sendo a “consciência moral” do partido e havendo necessidade de manter uma representação forte na Assembleia, fazia sentido que o número dois do PS ficasse nesta, em vez de figurar no elenco do I Governo Constitucional.

Na Assembleia da República, onde esteve até 1983, Zenha foi um destacado legislador e tribuno, prestigiando o parlamentarismo, e com especial atenção às grandes causas da liberdade e dos direitos humanos.

A recandidatura presidencial de Ramalho Eanes, em 1980 e as suas consequências para o posicionamento do PS viriam a provocar uma forte divergência entre Soares, adversário daquela recandidatura, e Zenha, seu apoiante. O PS haveria de seguir a opinião de Zenha, levando Mário Soares a suspender o seu mandato de secretário-geral. Depois da fricção de 1976, esta confrontação aberta entre as duas principais figuras socialistas teria por efeito terminar com um alinhamento político e pessoal de décadas. Um efeito irreversível, determinando a saída de Zenha do PS e, depois, a sua própria

candidatura às eleições presidenciais de 1986, apoiado pelo PCP e pelo partido eanista, o PRD, precisamente contra Mário Soares, apoiado pelo PS.

Continuou a ser, assim, um protagonista político de primeira água. As eleições presidenciais de 1986 foram, de facto, um importantíssimo momento de clarificação na esquerda portuguesa. Contra um só candidato de direita e centro-direita, Diogo Freitas do Amaral, apresentaram-se três de esquerda: Mário Soares, apoiado pelo PS e também por algumas personalidades do PSD, Salgado Zenha, apoiado pelo PRD e o PCP, e Maria de Lurdes Pintasilgo, apoiada por setores católicos progressistas e ligados à extrema-esquerda. A campanha foi dura e dramática: com 46% dos votos, Freitas falhou por pouco a eleição à primeira volta; e Soares passou à segunda por uma margem estreita sobre Zenha (25 contra 21% dos votos), tendo Pintasilgo averbado 7%. As esquerdas uniram-se subsequentemente em torno de Soares, que foi eleito Presidente na segunda volta, com 51% dos votos.

O debate político e ideológico que se travou entre as várias famílias da esquerda e a forma como se resolveu haveriam de ter consequências profundas. O debate permitiu preservar a influência política deste conjunto, através da presidência de Mário Soares (1986-1996), resistir à hegemonia de Cavaco Silva, vencedor de duas maiorias absolutas para o Parlamento, em 1987 e 1991, e afirmar a liderança do PS no espaço de oposição, que viria a ter frutos nas eleições autárquicas de 1989 e 1993 e, sobretudo, nos Estados Gerais lançados por António Guterres, um admirador de Zenha, essenciais para a vitória nas legislativas de 1995.

Guterres e outros não regatearam esforços para que Zenha regressasse à família socialista, mas este manteve-se afastado. A morte prematura em 1993, aos 70 anos de idade, impediu-o de testemunhar a ascensão e a vitória de Guterres e, talvez, a possibilidade de uma reconciliação política. Sem ela, ficou esta imagem um pouco ambivalente de Zenha: um homem de elevada estatura moral, inquestionavelmente alinhado com a social-democracia ou socialismo democrático, convicto defensor da democracia liberal e pluralista, mas com forte componente social, protagonista essencial de várias das lutas pela democracia em Portugal, na ditadura e durante a revolução – desiludido com o seu próprio partido e, em geral, com a maneira de fazer política que se tornou hegemónica depois da institucionalização do novo regime, a qual lhe pareceu demasiado presa de compromissos e questiúnculas quotidianas

e demasiado indiferente às *Reformas Necessárias*, para retomar o título do livro que publicou depois da candidatura presidencial.

5.

Não foi o único caso de aproximações e afastamentos marcados pela evolução política. Só para ficar na área do centro-esquerda, lembre-se Henrique de Barros e, sobretudo, o grande ideólogo do socialismo democrático, Mário Sottomayor Cardia.

Por isso é que é tão importante poder olhar distanciadamente, fora da espuma dos dias e longe das quezílias conjunturais, para o conjunto da vida, obra e ação das personalidades que marcaram, também por causa da complexidade das suas biografias, o nosso tempo. Como Salgado Zenha.

Ele lutou contra a ditadura, pela democracia e pela liberdade. Fê-lo com grande coragem, verticalidade e humanismo. Austero e sóbrio, foi avesso a honrarias, galanteios e homenagens. Espírito lúcido, exerceu sempre o juízo crítico. Por isso mesmo, reconhecendo a transformação radical do país com o 25 de Abril, e o ganho precioso da liberdade, foi implacável na denúncia de vícios e retrocessos que assolaram a jovem democracia. Nomeadamente na área da justiça, que tanto lhe dizia, exigindo que esta refletisse o Estado de direito democrático, como inscrito na Constituição. Dizia, aliás, sabiamente que a justiça, “tal como a liberdade, deve ser objeto de uma perpétua vigilância. Sob pena de ela nos fugir das mãos...”.

Por ocasião do 70º aniversário, deixaria um comovente testemunho sobre a importância da amizade, da liberdade, da tolerância e da solidariedade. E sobre a importância de praticá-las, fazendo corresponder os atos às palavras: merecer a amizade; obedecer à consciência; respeitar as convicções morais e culturais dos outros; partilhar do sentido e destino comum da humanidade. Ser reto, ser justo, ser bom.

Zenha demonstrou, ao longo da sua vida tão rica, profissional e civicamente, uma grandeza moral incomparável. A sua modéstia, na valorização dos atos próprios, e o seu nível de exigência, dir-se-ia que até ao limite, sobre si próprio e os outros, são inspiradores. O percurso político e o ideário estarão sempre sujeitos à apreciação crítica, fundada na pluralidade de perspetivas sem

a qual a democracia não existe. Ele próprio nos pediria essa atitude crítica, repudiando elogios vãos e vazios.

Assim o devemos, pois, lembrar. Não só como um dos artífices principais da democracia, pelo que fez antes e depois da Revolução dos Cravos; mas como uma referência moral e intelectual, como jurista, advogado, dirigente partidário, deputado, ministro, líder parlamentar, candidato presidencial. Em tudo, cidadão.